O tradutês na literatura infantil publicada em Portugal

Diana Santos

Neste artigo pretendo realçar a importância na literatura traduzida do fenómeno a que chamarei "tradutês", e que é devido à influência da língua original no texto final. Para isso, apresento uma exemplificação pormenorizada desta característica no português traduzido, junto com a sua explicação caso a caso. Concluo com algumas conclusões sobre os estudos contrastivos que poderão contribuir para reduzir o tradutês, pelo menos no caso da literatura infantil.

Contexto

Na origem deste artigo está a minha tese de doutoramento (Santos, 1996a), cujo objectivo, a comparação dos sistemas do tempo e aspecto do português e do inglês, foi levado a cabo através do estudo pormenorizado de textos originais nestas duas línguas e da sua tradução. Num artigo apresentado a um congresso anterior, Santos (1995b), discuto a problemática associada a uma tal metodologia. Um dos pontos referidos, que pretendo detalhar na presente comunicação, é o fenómeno designado em inglês por "translationese" por Gellerstam (1986), Baker (1993), Santos (1995a) e Schmied e Schäffler (1996), entre outros. A minha definição de tal fenómeno consiste na retenção, por parte da tradução, de características formais próprias da língua de origem que não são totalmente adequadas na língua de destino.

O presente artigo dará ampla ilustração deste conceito tendo como língua de destino o português (norma europeia), assim como exemplificará o que significa "não totalmente adequada", que vai de quase inaceitável até passível de uma reformulação mais usada.

É evidente que, ao invocar esta última noção, estou a fazer apelo à subjectividade de quem analisa o objecto traduzido e, em última análise, à intersubjectividade que define o que é aceitável ou não numa língua. Apresso-me pois a dizer que todos os exemplos que apresentarei são evidentemente aceitáveis, aceites que foram pelos tradutores, revisores, editores e pelo pais que compram os livros; isso não invalida, contudo, a minha demonstração de que, em cada caso, havia uma maneira melhor de expressar a ideia em causa em português. Por outro lado, convém referir também que o facto de tais julgamentos dependerem de uma intersubjectividade não implica que seja

impossível detectar automaticamente muitos dos casos de tradutês que ilustro.

A literatura infantil como objecto de estudo

O meu corpus não foi coligido para estudar linguística; foi-o simplesmente para proporcionar bons momentos de leitura às minhas filhas, na faixa etária dos 0 aos 7 anos. Quaisquer detalhes de cariz sociolinguístico são pois irrelevantes no presente contexto; sobretudo porque não vou fazer uso do corpus total nem apresentar dados quantitativos, mas sim usar uma colecção restrita de obras, escolhidas por apresentarem tradutor expresso e por vezes revisor, para dela extrair exemplos que me parecem significativos. Tal método parece-me avisado por corresponder às obras que denotam maior cuidado na sua edição, donde seria de esperar também na sua tradução. Infelizmente, não discerni, de facto, diferenças significativas a este respeito. De qualquer maneira, parto do pressuposto que quanto menos de esperar for a origem maior peso terá o exemplo. Deixo pois de lado muita da literatura que tem um padrão de tradução semelhante mas que não identifica o tradutor, e ignoro completamente certo tipo de publicações para a infância cuja falta de respeito pelo leitor brada aos céus.

Como disse acima, o corpus não foi coligido para estudar linguística. No entanto, poderia fazer uso de muitos outros exemplos de literatura traduzida para português, também não coligidos para estudar linguística, os quais se poderia supor permitirem ilustrar o fenómeno ainda melhor, se considerarmos que os bons tradutores só traduzem autores consagrados. A literatura infantil tem, no entanto, várias características que a fazem particularmente apropriada para estudar o tradutês, senão veja-se:

- Do ponto de vista da literatura original, a língua em si é simples, concisa e expressiva, de forma a cativar a criança. É muitas vezes concebida para ser contada (ouvida), pois o público a que se destina ainda não sabe ler. É frequentemente pensada com fins pedagógicos explícitos, ou seja, explica conceitos, ou ilustra-os de forma a que a criança os compreenda. Isto significa que a língua dos livros infantis é necessariamente menos complexa do que a da literatura para adultos, e que os autores se preocupam mais em exprimir a sua mensagem de maneira acessível do que em usar uma forma marcante que os distinga, a nível da língua.[1]

[1]Não quero fazer disto um cavalo de batalha, por isso noto que esta afirmação é verificada por todo o material que analisei, mas não defendo que tal seja, necessariamente, propriedade constitutiva da literatura infantil.

- Do ponto de vista do método de tradução, não é concebível que os tradutores utilizem uma aproximação de "estrangeirização" para transmitir o estilo ímpar da obra literária.[2] De facto, a única alternativa sensata no caso de livros para a infância é usar uma estratégia de "domesticação", tentando tornar a obra o mais possível portuguesa, ou melhor, o mais acessível às crianças portuguesas. O tradutês torna-se pois muito mais fácil de interpretar como uma falha do tradutor, visto que, ao contrário da literatura adulta, não precisamos de considerar a hipótese de uma escolha consciente, determinada pela obediência a uma escola de tradução particular.
- Do ponto de vista do uso da literatura traduzida, finalmente, o facto de os livros em causa serem para ler alto faz com que um fenómeno de correcção se verifique: o leitor tem tendência para transformar a frase em algo natural, para o poder dizer sem constrangimento. Foi daí que me dei conta que o trabalho de ler alto se traduzia numa correcção constante do que de facto constava no livro que eu estava a ler. Pelo contrário, em leitura silenciosa, e apesar de a falta de naturalidade não me passar despercebida, não me dou ao trabalho de a re-exprimir.

Por estas três razões — conteúdo antes da forma; domesticação natural, e (no meu caso, pelo menos) constante correcção e, portanto, identificação dos problemas — a literatura infantil traduzida afigurou-se-me o lugar ideal para demonstrar, com o mínimo de subjectividade e de análise literária, um fenómeno que é exclusivamente linguístico.[3]

Convém, contudo, sublinhar que de forma alguma a tradução de literatura infantil é uma tarefa fácil.

---

[2] Segundo Øverås (1996), há duas escolas de tradução que professam objectivos opostos: os tradutores que seguem a estratégia de "foreignization" (estrangeirização) defendem que a tradução deve ser o mais literal possível, fomentando a adaptação do leitor a um estilo, uma obra, — e porque não uma língua— que lhe são estranhas (ou estrangeiras). Os tradutores adeptos da "Domestication", pelo contrário, afirmam que a tradução deve criar uma obra que seja o mais possível natural e familiar para o leitor, transformando pois grande parte (dos pormenores) do texto original em matéria conhecida, doméstica, não digna de nota. Um excelente exemplo deste último método na literatura infanto-juvenil portuguesa é *As quatro raparigas*, de Maria Paula de Azevedo, adaptação de *As mulherzinhas* de Louise May Alcott.

Não se afirma aqui, evidentemente, que os tradutores envolvidos nas obras analisadas tomaram partido consciente por uma destas estratégias. É mesmo possível que não estejam a par das opiniões dos especialistas em teoria da tradução. Não precisam de o estar para serem bons tradutores; nem os especialistas supra-citados são necessariamente tradutores, sequer.

[3] Um outro domínio, porventura ainda mais evidente, é o da informação publicitária sobre produtos internacionais traduzida para português, que tem, contudo, a desvantagem de não ser assumido como tradução, podendo pois variar de forma extrema o nível dos encarregados da tarefa.

De facto, é preciso notar que frases concisas e expressivas numa dada língua fazem uso do que é mais típico e mais natural nessa língua, e, daí, tendem a exprimir um conjunto de significados e conotações que, não raro, não é possível exprimir tão concisamente noutra língua. Isso faz com que sejam exactamente as expressões mais conseguidas e mais idiomáticas de uma língua as mais difíceis de traduzir. É pois possível que a literatura infantil seja, afinal e não obstante a sua simplicidade, das mais difíceis de passar adequadamente para outra língua.

Convém também referir outra razão, independente, que contribui para a dificuldade de traduzir os livros infantis: o facto da linguagem familiar, que reflecte o modelo da criança, os seus gostos e o seu ambiente de família, ser muito diferente de cultura para cultura (apesar de uma certa americanização da cultura infantil ser indesmentível). Embora tal diferença de culturas possa constituir uma barreira considerável, é muito mais patente na ilustração do que no texto, e não é, evidentemente, fundamentalmente linguística. Não deixa, no entanto, de ser interessante reparar que uma comparação superficial dos vocabulários fundamentais português e brasileiro, como a que nos permite a lista apresentada em Biderman (1994), torna patente uma diferença considerável precisamente na área da linguagem familiar.[4]

Independentemente do problema cultural, a ubiquidade do tradutês — que demonstrarei em breve — pode ser concebida como uma demonstração *a posteriori* da dificuldade da tarefa.

O conceito de tradutês

Há diversas abordagens e perspectivas na delimitação do tradutês. Baker (1993) usa o termo para erros de tradução, enquanto Gellerstam (1986) os rejeita explicitamente, aplicando esta denominação aos casos em que uma dada palavra ou expressão tem uma distribuição muito distinta em sueco traduzido *versus* sueco original. Em Santos (1995a), propus alargar a definição também à gramática, ao mesmo tempo que fazia uso de uma comparação original/tradução, que não foi utilizada por Gellerstam. Schmied e Schäffler (1996) refinaram uma noção semelhante propondo englobar também os casos de hipercorrecção no conceito de tradutês, enquanto que, em Santos (1996a),

[4] Embora a autora não no-lo diga explicitamente, é fácil para um português identificar que dos poucos termos exclusivamente brasileiros a esmagadora maioria são pertença do meio familiar, como *mamãe*, *gostoso*, *mamadeira*, *papai*, *parada* de *ônibus*, ou pelo menos da língua do dia-a-dia, como *tampar*, *tombo*, *ventar*, *zíper*, e o mesmo se passa com outros vocábulos cuja frequência é muito mais alta no Brasil do que em Portugal, como *resfriar-se*, *risada*, *salário*, *samba*, *shopping*, *sorvete*, *sorveteria*, *suco*, *xícara*.

sugeri separar em três os casos passíveis de distinguir a língua de uma tradução da língua de um original:

1. Universais da tradução, tais como propostos por Baker (1993): Por exemplo, que a linguagem de uma tradução é mais simples, e menos rica.

2. Anti-tradutês, ou seja, excessiva idiomaticidade devido a normas de tradução interiorizadas pelo tradutor que levam a que os textos traduzidos sejam "mais papistas que o papa" (mais "naturais" do que o natural) em relação ao uso de certos mecanismos ou termos.

3. Tradutês, ou seja, que a influência da forma da língua de origem se reflicta num português de alguma forma desviante.

É pois o terceiro caso que me interessa no âmbito da presente investigação.

No que respeita ao segundo caso, é mais difícil de avaliar sem ter de antemão normas potenciais de tradução em relação a um dado par de línguas, de forma a indagar do seu abuso ou possível emprego errado. Seria também vantajoso conhecer a fundo o ensino (prático) da tradução no nosso país para fazer hipóteses mais realistas sobre as variadas normas que os tradutores — sobretudo em início de carreira — possam ter incorporado.

Em relação ao primeiro caso, está de certa forma em contradição com o fenómeno de tradutês como definido acima, visto que pressupõe uma tradução ideal, ao invés de um texto traduzido mais complexo devido à interferência da língua fonte. De qualquer modo, a literatura infantil não seria o melhor terreno de teste para medir uma simplificação; além disso, para fazer afirmações sobre literatura traduzida em geral, independentemente do par de línguas, de muitas outras línguas me teria de ocupar. Gostava pois de tornar bem claro que o que me preocupa no presente artigo é a influência de línguas particulares no português, e não a caracterização do português traduzido, ou da língua traduzida *tout court*.

Exemplificando

Para o presente estudo, não tive acesso ao original (como, aliás, é o caso da maioria dos estudos de tradutês). Tentei reconstituí-lo, portanto, para explicar o desvio. Quanto melhor for o conhecimento da língua de origem, mais fácil é identificar a causa do problema, como aliás ficará bem patente nas linhas que se seguem. A grande maioria do que é traduzido (directamente) em Portugal são originais de língua inglesa, francesa, e em menor grau alemã (esta última

usando por vezes o espanhol como língua intermédia).

Mas vejamos, na prática, que casos ocorrem, e como explicá-los:

(1) Já sabias? O que é um floco de neve? É água que durante o Inverno gela no céu. Quando aquecem, os flocos **fundem** e transformam-se em água. (OCDOC)

O primeiro exemplo deriva de um "amigo da onça"[5] francês-português, *fondre -fundir*. Em vez de usar o verbo *derreter*, o tradutor foi induzido em erro pela semelhança formal (e de sentido também, obviamente) do verbo *fundir*, que requer um actor e, em geral, pressupõe temperatura elevada. Algumas pessoas poderão considerar este exemplo um erro de tradução; o meu objectivo é mostrar que difere apenas em grau dos seguintes, que ilustram um contínuo de opções influenciadas inconscientemente pela língua original. De facto, na minha opinião a etiqueta "erro" é o que menos interessa, o que pode ser útil é explicar a causa de um dado fenómeno.

Exemplos de escolhas lexicais erradas não são especialmente inovadores, e poder-se-ia pensar que são, além disso, os mais frequentes. Não é essa, no entanto, a minha experiência, como os exemplos seguintes demonstrarão.

(2) De repente, apareceu a mamã. — Ah, foram vocês **quem** tiraram os bolinhos! (AMPEUT)

O uso do pronome relativo *quem* seguido de um verbo no plural não é, sequer, gramatical em português. Contudo, quem não vê neste exemplo a influência da dicotomia *qui/que* em francês, que foi interiorizada como tradução de *qui* para *quem*, e de *que* para *que*?

(3) Os dois irmãos **saem a porta** a correr e**,** de repente**,** (TEACDF)

O verbo *sair* não é transitivo, mas esta estranha expressão torna-se explicável se o verbo correspondente na língua original for; do mesmo modo, a ordem do seguinte exemplo é marcada, no mínimo, enquanto que a do inglês original é a ordem natural:

(4) **Não está a nossa casa** a ficar cheia? (UDCDV)

Ou seja, algo como *Isn't our house getting full?* não pode ser traduzida literalmente. O leitor pode, no entanto, apreciar a dificuldade tentando produzir uma melhor tradução em português.

Quando se trata de formas idiomáticas de exprimir uma dada situação, é frequente que o tradutor nos presenteie com uma tradução literal, em vez de empregar uma expressão correspondente:

(5) Oh! **Eu sei!** Que bom! (UDCDV)

A exclamação inglesa *I know!* corresponde bastante bem ao nosso *Já sei!*.

[5] Sobre a complexidade da análise destes casos, veja-se Nunes (1993).

Poucas vezes corresponderá a *Eu sei!*, de facto, a não ser que *I* seja acentuado de forma marcada, o que não era o caso na história em causa.

(6) Vou escrever e contar isto aos que estão na Austrália. Eles podem continuar a divertir-se como quiserem sem mim. **Em todo o caso** dar um passeio é muito mais engraçado. (PMVE)

De forma análoga, seria muito mais apropriado usar *de qualquer maneira* para traduzir o *i hvert fall* sueco. Não só pela sua maior frequência na língua, mas porque, além disso, a tradução literal portuguesa pressupõe um contra-argumento a que se responde, aceitando-o embora parcialmente, ou seja, um contexto muito mais complicado do que o associado à expressão sueca, que é extremamente frequente.

Não são só características formais (escolha lexical ou propriedades sintácticas) que são influenciadas pela língua de origem. Também características tradicionalmente consideradas como semânticas são afectadas, como a propriedade de ser contável ou não:

(7) Os dois irmãos saem a porta a correr e, de repente, ficam boquiabertos ao verem os pais dos colegas da escola ocupados a descarregarem um reboque cheio de **mobílias**. (TEACDF)

De facto, a frase anterior deveria conter "cheio de mobília", ou "cheio de móveis"; não é crível que o plural se referisse a várias mobílias como "mobília de casa de jantar", "mobília de quarto de criança", ou "mobília Luis XIV", "mobília estilo Império".

O próprio uso dos deícticos de lugar é ameaçado quando o original pertence a uma língua com um sistema radicalmente diferente:

(8) De repente o Tomy com ar de surpresa levantou-se, apontou para fora e gritou: — Olhe, senhora professora, **lá** está a Pippi! (PMVE)

Esta frase seria perfeita num contexto em que a Pippi fizesse parte da conversa anterior entre o Tomy e a professora, mas o contexto é bem distinto: A Pippi apareceu de repente e o Tomy apontou para ela. Isso significa que, naturalmente, o Tomy teria exclamado (se fosse uma criança portuguesa): "Olhe, senhora professora, está ali a Pippi!" Contudo, sendo o sueco uma língua de verbo segundo, nunca tal ordem dos constituintes seria possível no original, nem há distinção entre *ali/lá* nas línguas escandinavas, o que explica o lapso do tradutor.

O mesmo se passa quando a língua de origem é o inglês, como o próximo exemplo demonstra:

(9) Hoje, passei pela rampa de esqui e vi paisagens espantosas! **Lá estava aquele** esquiador a oferecer flores à namorada (OEW)

É plausível (pelo menos) que estejamos em presença da tradução literal de

there was that. Para apresentarmos uma personagem nova, em português empregar-se-ia *Estava lá um esquiador*...

(10) Ao regressar, os gigantes ficaram muito aborrecidos. O primeiro disse: — Alguém comeu parte da minha tortilha! — **Aqui** falta um bocado de sopa! — acrescentou o segundo. (JSM)

Da mesma forma, nenhum gigante português usaria um deíctico de lugar para se queixar da sua sopa ter sido provada, ainda que o original alemão fosse perfeitamente natural. Provavelmente, usaria um dativo ético, ou seja, *Falta-me*.

Encontramos o mesmo problema na tradução dos tempos verbais: a tradução é literal, ainda que o tempo português não seja praticamente usado com essa função.

Temos pois o futuro português usado para exprimir o futuro, traduzindo o futuro inglês à letra:

(11) O passarinho **voará**, enquanto o homem do lixo fizer barulho com o caixote, mas em breve **voltará**. (UDCDV)

Ou o pretérito perfeito composto usado para traduzir o "present perfect" inglês:

(12) — E eu **tenho ouvido** o meu irmão, o senhor Gorducho, contar tantas coisas extraordinárias a seu respeito, que lhe quero pedir desculpa por me ter zangado. (NEOSC)

Neste caso, é preciso ler o livro todo para compreender a estranheza de tal afirmação (ou melhor, a incorrecção de tal tradução): o Urso Ted conheceu o Nodi pela primeira vez na manhã do dia a que este excerto se refere, e só falou com o irmão depois disso. Donde, mesmo que tivesse estado todo o dia a ouvir falar dele, essa situação não podia ser descrita em português pelo pretérito perfeito composto. A única alternativa correcta para *have heard* seria, pois, *ouvi*.

Mesmo quando os tempos em geral se correspondem, como é o caso de *ir* + infinitivo ao traduzir o futuro francês, pode ocorrer tradutês:

(13) São horas de partir. Berta dá um xi-coração muito apertado ao primo. — Para a próxima, **vais ser** tu o rei — diz ela a Camilo. (AMPEUT)

Apesar deste caso ser menos grave do que os outros, que resultam quer em frases difíceis de processar (11) ou com sentido diferente (12), não deixa de ser patente que a forma mais natural neste contexto seria simplesmente o presente (*para a próxima, és tu o rei*), tanto mais que é Berta que decide, e como tal proclama, mais do que prevê.

O uso (e abuso) dos modais também é obviamente induzido pela língua fonte. Veja-se

(14) A Anita dissera que ia certamente chover neste dia. Estava tão certa disso que se zangara de antemão. Mas vejam que sorte **pode haver**: o

sol continuou a brilhar mesmo em dia feriado! (PMVE)

A utilização do modal *poder*, neste contexto, é perfeitamente descabida em português; contudo, é parte integrante das línguas germânicas (neste caso outra vez o sueco, mas poder-se-ia tratar do inglês).

Outra área onde se vê claramente a influência da língua fonte é quando em português traduzido se encontram pronomes ou partículas obrigatórias, ou simplesmente frequentes, na língua de origem, que seriam naturalmente omitidos na nossa língua.

O primeiro exemplo é tão trivial como frequente. O português é uma língua de sujeito nulo, as línguas de que nos ocupamos agora não, e daí o português traduzido constituir um sistema híbrido:

(15) Estas devem ser as visitas mais estranhas que **nós** tivemos hoje. (UDCDV)

(16) Quando os aldeões lhe perguntaram como tinha passado a noite, **ele** limitou-se a responder: (JSM)

(17) Esta visita especial não vem todos os dias, mas hoje **ela** traz um montão de cartas e um embrulho! (UDCDV)

Não é preciso esclarecer que, noutros contextos, o pronome pessoal sujeito seria não só gramatical como pragmaticamente necessário, mas não nos textos donde retirei estes exemplos. No último caso, ainda por cima, a visita especial é o carteiro (na figura), donde referirmo-nos a ele por "ela" resulta ainda mais artificial.

Mas não são só os sujeitos desnecessários que abundam. O excesso também se verifica noutras funções sintácticas. Como se pode ver no exemplo seguinte, seria mais natural não exprimir o objecto em português:

(18) Agora, os coelhinhos sabem onde crescem: os morangos, as maçãs (...), as laranjas... E tu agora também **o** sabes! (OCDAQ)

Não é difícil, no entanto, ver a estrutura francesa "et tu le sais aussi" nas entrelinhas. Uma situação análoga observa-se em relação ao objecto da preposição.

(19) Esta visita especial não vem todos os dias, mas hoje ela traz um montão de cartas e um embrulho! Quem me dera saber o que está dentro **dele**. (UDCDV)

Seria mais natural dizer *lá dentro* do que *dentro dele*, que humaniza o pacote. Tal requeriria uma fuga muito maior à estrutura inglesa, contudo, visto que "there inside" não é sequer gramatical.

Nem sempre, no entanto, é fácil identificar a estrutura original das frases que soam mal. Um exemplo disso é:

(20) Se já não há lobos, que há, então na floresta? — pergunta o Fango, coçando a cabeça. — Amanhã, já vês! — responde o papá. — **Vão comigo lá**. (OCDAF)

Terá sido um caso de hipercorrecção, em que o sujeito foi omitido — e além disso, a ordem do francês mantida? Apesar de "Vocês vão lá comigo" ser uma correcção possível, o facto de a forma *vão* ser ambígua entre o presente (representando o futuro) e o imperativo, faz-me considerar como alternativa um imperativo francês, e daí a omissão (gramatical) do sujeito. De qualquer maneira, a frase tem de ser rearranjada para caber no contexto de uma conversa informal entre pai e filhos.

Mas não é só o excesso ou escolha deficiente dos pronomes pessoais; por vezes é o oposto que se verifica, como no seguinte exemplo:

(21) O trenó está vazio, tudo foi distribuído. Mas, por engano, um menino ficará sem o seu presente! **Como se poderá remediar?** (ONDP)

Não conheço a língua de origem (italiano ou mediado por italiano), mas parece-me bastante provável que a frase original não precisasse de objecto (ou de sujeito, dependendo da análise que queiramos fazer do *se*: nominativo ou ergativo).

Finalmente, é possível encontrarem-se mesmo combinações pragmaticamente incoerentes, como:

(22) Havia Bobos a cavalo em porcos, outros com ceptros às riscas, outros, com os guizos nos dedos dos pés. **Um deles** só falava a cantar, **o outro** trazia uma grade às costas. (OBDC)

Um outro era o que seria de esperar em português. Uma causa possível para esta sequência é a língua de origem permitir um definido genérico — inexistente em português. Outra possibilidade é ter sido especificado um par de bobos na frase anterior (traduzido simplesmente por "outros", e não "outros dois", em português).

Outros casos são mais subtis

(23) Mamã, porque estás a comprar **toda esta lenha**? (UDCDV)

O sintagma nominal foi obtido literalmente do inglês *all this wood*, mas a forma mais idiomática seria ter o quantificador (intensificador) em posição pós-nominal: *esta lenha toda*, visto que *toda* está ali a significar "muita", e não uma relação entre dois conjuntos.

Da mesma forma,

(24) Ora viva, fãs do Wally! Já alguma vez viram sereias num canal? E (..) **Hoje, eu vi tudo isto**. (OEW)

É quase como se estivéssemos a ler *Today, I saw all this*. Bem idiomático em inglês, mas não exactamente em português. De facto, uma mudança na ordem

das palavras, tal como *Vi isto tudo hoje*, melhorava a frase, assim como *todas estas coisas* seria preferível a *tudo isto* ou *isto tudo*.

(25) Porque é que uma rapariga **nunca** pode ser Bobo da Corte? — perguntou um dia a princesa à mãe. (OBDC)

Da mesma forma, esta pergunta decalca a estrutura da língua de origem, em que (a origem d)o *nunca* está ali para dar força à proibição/inexistência. Contudo, em português uma negação simples seria mais forte (*uma rapariga não pode ser bobo da corte*), porque ao invés de relativizar em relação ao tempo (todo), exprimia o facto como uma impossibilidade atemporal.

(26) Ao regressar, os gigantes ficaram muito aborrecidos. O primeiro disse: — **Alguém** comeu **parte da** minha tortilha! — Aqui falta **um bocado de** sopa! — acrescentou o segundo. — Este pão não está inteiro! — rematou o terceiro. (JSM)

A forma que o tradutor encontrou de referir partes ou bocados de um todo é pouco consonante com o espírito da língua. Não é fácil, no entanto, obter uma alternativa melhor, o que vale a pena sublinhar, visto que o objectivo deste artigo não é de modo algum criticar os tradutores. Uma alternativa seria: "Os meus ovos estão ratados! Falta metade da sopa! Comeram do meu pão!"

Este exemplo é, além disso, interessante porque o pronome indefinido *alguém* não é de facto equivalente, em distribuição ou significado, ao inglês *someone* ou ao alemão *jemand*. Por isso, e apesar de um ser humano ser o mais provável causador dos estragos na comida, seria mais natural utilizar uma construção impessoal em português (ou seja, *Comeram* em vez de *Alguém comeu*).

Não é só ao nível da oração que as estruturas estrangeiras se insidiam no português traduzido, contudo. De facto, a influência da língua original é visível a todos os níveis, e como tal também no supra-frásico. Assim, pude observar sequências de frases em tempos discordantes, como:

(27) De repente, **apareceu** a mamã. — Ah, foram vocês quem tiraram os bolinhos! Muito bem — **diz** ela. (AMPEUT)

Será tal devido à homonímia de *dit*, forma do presente e do "passé simple" em francês, ou reflectirá uma diferença mais cabal entre as estratégias discursivas das duas línguas? O que é certo é que tal discrepância de tempos não é possível em português, que exigiria dois presentes, ou dois perfeitos.

(28) São seis coelhinhos que têm muitas coisas a aprender. Propomos-te que te divirtas e **as** descubras com eles. (OCDAF)

Menos duvidosa gramaticalmente é a sequência anterior, ainda que resulte estilisticamente infeliz uma referência anafórica na segunda oração coordenada, numa oração dependente. Mas outro factor que aumenta a dificuldade de

processamento da frase acima é a identificação requerida entre *aprender* e *descobrir*, dado que *descobrir* em português não é nem sinónimo nem hipónimo de *aprender*, embora ambos levem a um estado resultante descrito por *saber*.[6]

Um último exemplo, agora incorrendo numa incompatibilidade de pontos de vista:

(29) Ela fica na quinta até ter a certeza que a ovelha e os filhotes estão de boa saúde. *Em breve* os cordeiros tentam levantar-se. (QSV)

Em breve está evidentemente aqui por causa do *soon* inglês. Contudo, enquanto *soon* é um advérbio anafórico (ou seja, conta o tempo a partir do ponto temporal referido na frase anterior), *em breve* é um adverbial deíctico, que conta o tempo a partir de agora.[7] De forma a ser pragmaticamente correcta, a frase deveria conter um sintagma adverbial que permitisse referência anafórica, como *daí a pouco tempo*.

Mas não é sempre fácil propor paráfrases mais portuguesas, como já referi acima. Um caso especialmente importante — e consequentemente problemático para tradutores — é quando o texto fonte é vago entre duas ou mais alternativas que não podem ser expressas simultaneamente na língua de destino. Tal leva a que as traduções tenham que escolher uma das alternativas, e, em alguns casos, soem a uma língua diferente seja qual for a escolha.

Os seguintes exemplos ilustram uma classe de expressões inglesas, a que chamei "acquisitions" em Santos (1996a), que são vagas entre a acção que conduz ao início de um estado e o próprio estado, e de que o exemplo mais perfeito para o objectivo da ilustração do tradutês é o verbo *be*, cujas traduções para português que se seguem dispensam comentários.[8]

(30) Esta resposta provocou grande excitação entre os animais e, assim que o elefante **ficou** suficientemente longe para não os ouvir, logo ali combinaram fazer um concurso, a ver quem conseguia que o elefante desse um salto. (OENS)

(31) E todos tiveram de se pôr em fila e deitar uma moeda para um capacete dos polícias. Este **ficou** muito pesado quando caiu lá dentro a última moeda! (VON)

---

[6] Uma hipótese interessante que explica a dificuldade, que presumo inexistente em francês, de identificar os dois verbos como referindo a mesma coisa — por outros palavras, em analisar *descobrir* como anafórico em relação a *aprender* —, é que os dois verbos não pertencem à mesma classe aspectual em português, sendo *aprender* uma Obra e *descobrir* uma Mudança. Assumo, além disso, que pertencerão à mesma classe em francês.

(Por Mudança refiro-me a um acontecimento que tem resultado, por Obra a uma actividade que leva tempo. Veja-se Santos (1996b) para uma discussão pormenorizada do sistema aspectual português, e destas classes em particular.)

[7] Para esta distinção, veja-se a discussão em Santos (1996a:72).

[8] Para uma exemplificação abundante e discussão do fenómeno, veja-se Santos (1997a) ou Santos (1996a:200-212).

Como Santos (1997a) é dedicado a exprimir precisamente a relevância da vagueza na linguagem natural e os problemas que daí advêm para a tradução, dispenso-me de apresentar mais exemplos deste fenómeno.

Antes de concluir, deixando por motivos de espaço muitos outros exemplos de tradutês em sub-sistemas distintos por exemplificar, gostava de referir duas áreas em que o tradutês se encontra de tal maneira generalizado que se poderá talvez dizer que a influência das línguas fonte já "entrou na língua":

A primeira é a pontuação: O caso extremo é a indicação do discurso directo, que é transposta (não traduzida, cf. Catford (1976)) literalmente da língua original, por vezes com extremos de originalidade, como é o caso do uso simultâneo do modo português (travessão) e do inglês (com aspas). O facto da pontuação ser mantida sem qualquer espírito crítico indica que esta é uma área crítica no conhecimento linguístico dos falantes, que a concebem como semântica em vez de se aperceberem de que é convencional, e de que varia de língua para língua. Em Santos (1997b), apresento algumas considerações sobre pontuação e multilingualismo, baseadas no estudo das línguas norueguesa, inglesa e portuguesa e sua intertradução.

Não é possível, nem creio que seja necessário, exemplificar os muitos casos de pontuação inadequada. De qualquer forma, muitos dos exemplos já apresentados contêm vírgulas inaceitáveis (veja-se por exemplo (20), (22)). Mais interessante é notar que a própria divisão de frases soa muitas vezes sincopada quando a língua original é o inglês, que tem uma densidade informacional muito menor do que o português.[9] Um exemplo eloquente deste problema é a seguinte sequência de frases (na mesma página):

(32) Finalmente chegou o último dia do Poupas Amarelo na casa da avó. Estava um dia frio e chuvoso. O Vítor veio despedir-se dele. O Poupas Amarelo estava triste. Sentia-se já com saudades. (EQIPC)

A segunda área de total "invasão" é o não uso de artigo com nomes próprios, que me parece completamente artificial e descabido num contexto de linguagem familiar, e que varia por vezes com a própria posição na frase, como o exemplo seguinte — sintomático — demonstra:

(33) **Berta** chega depois do almoço. Atira-se **ao Camilo** e dá-lhe logo um beijo todo molhado. (AMPEUT)

Alguns autores portugueses usam a forma arcaica, é certo. Mas nenhum varia de página para página na forma de referência, variação esta que indicia

[9] Veja-se Fabricius-Hansen (no prelo) para o conceito de densidade informacional e suas consequências para a tradução.

uma tensão evidente entre a forma como o tradutor vê a língua de destino e a fidelidade que lhe parece merecer o texto original. Neste caso, e por isso mais amplificada, a incerteza quanto à própria forma no português leva a que o tradutor mantenha a forma original quando tal lhe soe possível, mas que introduza o artigo em contextos em que a sua omissão não lhe pareça aceitável.

Observações finais

Não pode haver dúvida de que o sistema linguístico da língua original condiciona e influencia de formas bem diversas o texto final em português.

Esta constatação tem, na minha opinião, algumas consequências teóricas de interesse:

Em primeiro lugar, o facto de abalar a tão apregoada dicotomia tradução automática / tradução humana, demonstrando que errar é humano, também – ou melhor, que não são raras as falhas na tradução humana, e em domínios tão inesperados, *a priori*, como na própria gramaticalidade e idiomaticidade dos textos finais.

Em segundo lugar, por mostrar que não é simplesmente verdade que a tradução humana se processa "compreendendo primeiro, e exprimindo depois", como alguns defensores do método da interlingua em tradução automática querem fazer crer. De facto, os exemplos anteriores mostram que muitas vezes os tradutores humanos escolhem transmitir o sentido original à custa de um certo desrespeito pela língua de destino, através de uma tradução mais literal do que seria de esperar. Por outras palavras, e em analogia com a tradução automática, os tradutores humanos usam o método de transferência ao nível do menor constituinte que a língua lhes permita.

Como notam Kay et al. (1994:3, tradução minha), "para muitos leigos é incompreensível que sejamos capazes de construir uma máquina que nos leve à Lua, mas que não consigamos fazer uma máquina que nem ao menos traduza textos muitos simples para francês". Contudo, é indesmentível a dificuldade e complexidade da tradução.

Isso leva-me à terceira – e mais importante – consequência lógica desta investigação: cada língua é um sistema diferente com pesos e estratégias particulares, e que, por indiscutível que possa ser o interesse teórico das semelhanças, mais incontestável é o interesse prático de estudar pormenorizadamente as diferenças, para compreender e empreender a tradução.

Em quarto lugar, e embora o fenómeno da vagueza tenha sido pouco tratado no presente artigo, gostava de sugerir que esta está na origem de grande

parte dos problemas da tradução (junto com o seu reverso, a pluralidade de classificações não mutuamente disjuntas). A sua consequência mais directa no tradutês foi ilustrada em (30)-(31), mas muitos dos outros casos podem ser analisados como a falta de emparelhamento entre a vagueza do texto final e a do texto fonte.

Finalmente, convém notar que, apesar de me ter cingido à literatura infantil neste estudo, o tradutês não é evidentemente apanágio exclusivo dela, nem há qualquer razão para supor que seja mais frequente (ainda que seja mais fácil de identificar). Para pôr de lado tal hipótese, basta lembrar que todos os estudos anteriores que citei se concentraram na literatura para adultos.

Referências

Baker, Mona. "Corpus Linguistics and Translation Studies: Implications and Applications". M. Baker, G. Francis & E. Tognini-Bonelli (eds.), *Text and technology. In honour of John Sinclair*, Benjamins, 1992, pp.233-50.

Biderman, Maria Tereza Camargo. 1996 "Vocabulário fundamental: cultura e sociedade". Inês Duarte & Isabel Leiria (orgs.), *Actas do Congresso Internacional sobre o português, 1994, Volume III*, Lisboa: Edições Colibri / APL, Junho de 1996, pp. 215-237.

Catford, J.C. *A Linguistic Theory of Translation: An Essay in Applied Linguistics,* Oxford University Press, 1967.

Fabricius-Hansen, Cathrine. "Information density and translation, with special reference to German-Norwegian-English". Stig Johansson & Signe Oksefjell (eds.), *Corpora and Crosslinguistic Research: Theory, Method, and Case Studies*, Rodopi, no prelo.

Gellerstam, Martin. "Translationese in Swedish novels translated from English". Lars Wollin & Hans Lindquist (eds.), *Translation studies in Scandinavia*, CWK Gleerup, Lund, 1986, pp.88-95.

Kay, Martin, Jean Mark Gawron & Peter Norvig. *Verbmobil: A Tanslation System for Face-to-Face Dialog*, CSLI Lecture Notes, No. 33, 1994.

Nunes, Adelaide. "Convergência e divergência entre o léxico do inglês e o léxico do português", *Actas do 1.o Encontro de Processamento de Língua Portuguesa (Escrita e Falada) - EPLP'93* (Lisboa, 25-26 de Fevereiro de 1993), pp.131-136.

Santos, Diana. "On grammatical translationese", *Short papers presented at the Tenth Scandinavian Conference on Computational Linguistics* (Helsinki, 29-30th May 1995), compiled by Kimmo Koskenniemi, pp.59-66.

Santos, Diana. "On the use of parallel texts in the comparison of languages", *Actas do XI Encontro da Associação Portuguesa de Linguística* (Lisboa, 2-4 de Outubro de 1995), pp.217-239.

Santos, Diana M.S.M.P. "Tense and aspect in English and Portuguese: a contrastive semantical study", Tese de doutoramento, Instituto Superior Técnico, Universidade Técnica de Lisboa, Junho de 1996.

Santos, Diana. "Para uma classificação aspectual portuguesa do português", *Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*, Braga, Outubro de 1996.

Santos, Diana. "The importance of vagueness in translation: Examples from English to Portuguese", *Romansk Forum* 5, Juni 1997, pp.43-69.

Santos, Diana. "Punctuation and multilinguality". Paper presented at the meeting Languages in contrast, Norwegian Academy of Sciences, Oslo, 25-26 April 1997.

Schmied, Josef & Hildegard Schäffler. "Approaching translationese through parallel and translation corpora". Carol E. Percy, Charles F. Meyer & Ian Lancashire (eds.), *Synchronic corpus linguistics: papers from the sixteenth International Conference on English Language Research on Computerized Corpora (ICAME 16)*, Rodopi, 1996, pp.41-56

Øverås, Linn. "In Search of the Third Code: An Investigation of Norms in Literary Translation", Cand. Phil. Degree thesis, University of Oslo, 1996.

Origem dos exemplos (ordenada alfabeticamente pela abreviatura)

AMPEUT: *A minha prima é uma toleirona,* Véronique Chéneau, Tradução de Carmen de Carvalho, Bertrand Editora, 1991.

EQIPC: *Eu quero ir para a casa!* Edição Jim Henson's Sesame Street Muppets, Versão portuguesa: Maria Cândida Mendonça, Children´s Television Workshop/ TV Guia Editora, 1992.

JSM: *João sem Medo*, Tradução: Espirídia Viterbo, Adaptação à Língua Portuguesa por: Isabel Patrícia e Martins da Rocha, Edinter, 1988

NEOSC: *Nodi e o seu carro*, Enid Blyton, Tradução de Maria da Graça Moctezuma, Editorial Notícias, 1983.

OBDC: *O Bobo da Corte*, M.L.Miller e Eve Tharlet, Tradução de Aureliano Sampaio, Revisão de Maria José Costa, Livraria Civilização Editora, 1992.

OCDAF: *Os coelhinhos... descobrem a floresta*,
OCDAQ: *Os coelhinhos... descobrem a quinta*,
OCDOC: *Os coelhinhos... descobrem o céu*,
Adaptação: Joëlle Barnabé, Tradução: Maria Judite Cardoso, Edições Asa, 1994.

OENS: *Os elefantes nunca saltam*, Violet Easton, Tradutor: Carlos Grifo Babo, 1985.

OEW: *Onde está Wally?*, Martin Handford, Tradução: Ana Paula Faria, Terramar, 1990.

ONDP: *O Natal do Panda*, Oda Taro, Tradução: Luisa Vasconcelos, Distri Editora, 1987.

PMVE: *Pippi Meialonga vai embarcar*, Astrid Lindgren, Traduzido por Maja Tengner da Costa Barros, Atlântida Editora, 1969.

SEFV: *Se eu fosse veterinário*, Sarah Hewetson, Adaptação do inglês: Isabel Bandeira, Impala, 1995.

TEACDF: *Tó e a casa da floresta*, Alain Grée, Versão portuguesa de Maria Adelaide Couto Viana, Verbo, 1981.

UDCDV: *Um dia cheio de visitas*, Jo Furtado, Tradução e adaptação: Jorge Manuel Valente, Distri Editora, 1992.

VON: *Viva o Nodi*, Enid Blyton, Tradução de Maria da Graça Moctezuma, Editorial Notícias, 1983.